

PROGRAMA DE FORMAÇÃO INTERNA | 2025

Regime Geral da Prevenção da Corrupção



ALIJO
MUNICÍPIO

Território de Origem Demarcada

INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) e estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), o Município de Alijó deverá adotar e implementar um Programa de Cumprimento Normativo (PCN) que inclua, pelo menos, um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), um Código de Conduta, um Canal de Denúncias e um Programa de Formação, tendo como finalidade prevenir, detetar e sancionar atos de corrupção e infrações conexas.

No que diz respeito à formação, torna-se assim uma obrigatoriedade realizar programas de formação/sensibilização interna a todos os seus dirigentes e trabalhadores, para que estes conheçam e compreendam as políticas e procedimentos de prevenção da corrupção e infrações conexas implementados, e cujo conteúdo e frequência deverá ter em consideração a diferente exposição dos dirigentes e trabalhadores aos riscos identificados.

No ano de 2024 o Município de Alijó não deu cumprimento ao programa de formação interna, fundamentando essa lacuna com o facto de se encontrar a ultimar o programa de cumprimento normativo, designadamente a operacionalização dos canais de denúncia, através da definição de procedimentos e políticas aplicáveis ao funcionamento dos mesmos, à elaboração do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRCIC), que foi aprovado em 9 de agosto de 2024, bem como à elaboração de uma nova Norma de Controlo Interna, que se encontra em fase de conclusão.

Cumpridos que estão os restantes instrumentos do programa de cumprimento normativo do Município de Alijó, desenvolveu-se o seguinte programa de formação interno para o ano de 2025.

TEMA	O REGIME GERAL DE PREVENÇÃO DE CORRUPÇÃO
OBJETIVOS	- o Conhecer os normativos legais e as principais obrigações decorrentes dos mesmos, quanto ao regime geral de prevenção da corrupção; - o Compreender em que consiste um Programa de Cumprimento Normativo
PÚBLICO-ALVO	Dirigentes e Trabalhadores/as
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	- o Enquadramento geral da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção 2020-2024; - o O Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e a criação do Mecanismo Nacional Anticorrupção e Administração Pública (MENAC); - o Aplicabilidade do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) - noção de corrupção e infrações conexas; tipos de crimes no âmbito do exercício de funções de natureza pública; regime sancionatório; - o Referência às medidas e procedimentos práticos a adotar para assegurar a compliance: - Programa de Cumprimento Normativo (PCN) e responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN) - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR) - Códigos de Conduta - Canal de Denúncias - Sistema de Controlo Interno (SCI) - Medidas complementares
DATA	A definir

TEMA	CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO MUNICÍPIO DE ALIJÓ
OBJETIVOS	- o Compreender em que consiste o Código de Conduta e a sua importância na atuação do Município de Alijó; - o Conhecer o Código de Ética e Conduta do Município de Alijó
PÚBLICO-ALVO	Dirigentes e Trabalhadores/as
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	- o Enquadramento legal quanto à obrigatoriedade da existência do Código de Conduta; - o A importância do Código de Ética e Conduta na atuação do Município de Alijó e demais agentes públicos; - o O Código de Conduta do Município de Alijó: organização e análise no contexto laboral
DATA	A definir

TEMA	ÉTICA, CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSPARÊNCIA
OBJETIVOS	- o Conhecer as noções e princípios - ética e conduta para as entidades de natureza pública; - o Conhecer as medidas complementares previstas no RGPC: Transparência; Conflitos de Interesses; Acumulação de Funções.
PÚBLICO-ALVO	Dirigentes e Trabalhadores/as
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	- o Conhecer as noções e princípios - ética e conduta para as entidades de natureza pública; - o A Transparência - enquadramento legal; - o Noção de Incompatibilidade, Impedimento, Conflito de Interesses; - o A Acumulação de Funções - enquadramento legal.
DATA	A definir

TEMA	OS CANAIS DE DENÚNCIA
OBJETIVOS	- o Compreender as obrigações normativas decorrentes da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro - Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPD); - o Conhecer os canais de denúncia implementados no Município de Alijó e a sua forma de funcionamento.
PÚBLICO-ALVO	Dirigentes e Trabalhadores/as
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	- o O RGPD: enquadramento e obrigações para o Município de Alijó; - o Tipos de denúncia admissíveis; - o Os canais de denúncia implementados no Município de Alijó e os intervenientes nos fluxos de tratamento de denúncia; - o O RGPD - análise normativa.
DATA	A definir

TEMA	O PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS (PPR)
OBJETIVOS	- o Compreender em que consiste um Plano de Prevenção de Riscos (PPR); - o Conhecer as obrigações legais decorrentes do novo RGPC relacionadas com o PPR; - o Conhecer o PPR do Município de Alijó, quanto à sua organização; - o Alcançar a compreensão dos riscos e das medidas gerais, aplicáveis a todos os serviços da autarquia; - o Reconhecer a existência de riscos específicos de cada serviço.
PÚBLICO-ALVO	Dirigentes e Trabalhadores/as

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	- o Enquadramento legal quanto à obrigatoriedade do PPR; - o A importância do PPR no contexto organizacional do Município de Alijó; - o Breve contexto sobre a metodologia de elaboração do PPR; - o Os riscos e medidas gerais, aplicáveis a todas as U.O da Câmara Municipal; - o Breve enquadramento sobre os riscos e medidas específicos a cada serviço; - o A metodologia de acompanhamento e execução dos instrumentos de prevenção de riscos.
DATA	A definir

TEMA	O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO (SCI)
OBJETIVOS	- o Compreender em que consiste um Sistema de Controlo Interno (SCI), e as obrigações legais com ele relacionadas; - o Conhecer a organização da Norma de Controlo Interno (NCI) do Município de Alijó, como elemento fundamental do SCI; - o Conhecer as normas internas aplicáveis à generalidade dos serviços; - o Conhecer a existência de normas específicas para cada área ou serviço.
PÚBLICO-ALVO	Dirigentes e Trabalhadores/as
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	- o Enquadramento legal quanto à obrigatoriedade do SCI; - o A importância da NCI no contexto organizacional do Município de Alijó; - o A organização da NCI no Município de Alijó; - o As normas de controlo interno de aplicação transversal; - o Breve enquadramento sobre as normas de controlo interno específicas de cada área.
DATA	A definir

Paços do Município de Alijó, 25 de novembro de 2024

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes